

# BOLETIM A LUTA



@pcb.santos pcbsantos.com.br

EDIÇÃO ESPECIAL



Marx

Engels

Lênin

**RECONSTRUINDO  
A CIDADE VERMELHA,  
RUMO AO SOCIALISMO!**

## RECONSTRUINDO A CIDADE VERMELHA, RUMO AO SOCIALISMO!

O Partido Comunista Brasileiro – PCB, no processo eleitoral de 2024, tem como principal objetivo dialogar com a população de Santos, principalmente com a classe trabalhadora, sobre suas necessidades, além de fortalecer iniciativas de atuação política organizada em busca de seus interesses. O PCB tem como eixo principal de sua proposta a “CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR, RUMO AO SOCIALISMO”, que no caso de Santos chamamos de RECONSTRUÇÃO DA CIDADE VERMELHA, RUMO AO SOCIALISMO!

Mesmo antes de ser nomeado município, Santos esteve na vanguarda, desde a luta dos indígenas contra a colonização, a luta dos negros contra a escravidão e a atual luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista e todas as suas formas de opressão. Em nosso território construíram-se quilombos, associações, sindicatos, círculos de estudos e partidos ligados aos interesses dos setores explorados e oprimidos.

Em virtude da forte organização sindical e partidária, foram realizadas importantes lutas e greves, inclusive greves de soli-

dariedade a outras categorias e aos povos oprimidos, com destaque para as greves do navio espanhol, das enfermeiras, do moinho santista, dos motorneiros de bonde, além das diversas greves organizadas pelos portuários. A aliança do movimento sindical e operário com a luta estudantil, além de um movimento cultural intenso, fez com que a cidade fosse conhecida como “A CIDADE VERMELHA” até meados dos anos sessenta do século passado.

A partir da luta de diversas categorias, já no final dos anos cinquenta, foi construído na cidade um instrumento dos trabalhadores chamado Fórum Sindical de Debates que organizou as lutas entre o final dos anos cinquenta e o golpe de 1964. E foi neste ambiente que o golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964 atingiu a cidade, que foi considerada inimiga dos ditadores. Santos foi ocupada militarmente logo no primeiro dia do golpe, no dia 5 de abril foi cassado o mandato do vereador comunista Luiz Rodrigues Corvo e no dia 24 de abril chegou ao Porto o navio-presídio Raul Soares, que prendeu e torturou diversos trabalhadores e dirigentes sindicais e

que permaneceu por aqui até 2 de novembro de 1964 para sufocar a resistência ao golpe.

Com a invasão dos sindicatos pelas forças golpistas, a prisão do prefeito, e a perda da autonomia política da cidade, a correlação de forças entre patrões e trabalhadores modificou-se significativamente. Durante o período da ditadura empresarial-militar (1964 até 1985), as conquistas salariais e por condições de trabalho deram lugar ao aumento da exploração dos trabalhadores e consequentemente do lucro dos patrões; proliferando também os chamados “currais eleitorais” organizados em torno dos prefeitos-interventores e dos vereadores ligados a ditadura.

Mesmo depois da chamada redemocratização, que implantou o atual “estado democrático de direito” (democracia liberal) no Brasil, Santos nunca mais foi a mesma, pois os patrões (burguesia) fortaleceram seu poder político à força – com prisões, torturas e assassinatos – e implantaram sua forma de governar e de educar os trabalhadores fomentando a iniciativa privada em todos os setores da economia, rebai-

xando salários e condições de trabalho, além de retirarem direitos trabalhistas, previdenciários e sociais conquistados com muitos anos de luta.

Mesmo com as greves e as lutas contra a ditadura, e com o ambiente político que elegeu os governos denominados “democrático populares” no final dos anos oitenta, os trabalhadores de Santos nunca mais conseguiram retomar a organização e a combatividade dos tempos da Cidade Vermelha. Nos anos noventa, as forças patronais – comandadas por Beto Mansur, João Paulo Papa, Paulo Alexandre e Rogério Santos, e por suas bancadas na Câmara de Vereadores – implantaram um processo de desmonte das conquistas obtidas nos serviços públicos (principalmente na saúde, na educação, na assistência social, na coleta de lixo e nos transportes públicos) para implantar a lógica da privatização e da terceirização, aumentar os lucros da burguesia, e ampliar seus currais eleitorais por meio das diversas empresas e organizações sociais (OS) sustentadas pela Prefeitura e ligadas a diversos setores do empresariado e dos seus lacaios (prefeitos e vereadores).



## ENTÃO, O QUE FAZER?

Para mudar esta realidade, torna-se necessário construir e reconstruir instrumentos de luta política e ideológica que atuem a partir dos interesses da classe trabalhadora, pois constatamos que as políticas de conciliação de classes – promovidas no interior dos partidos, sindicatos e movimentos populares – têm auxiliado a burguesia em seu processo de dominação e exploração, portanto precisamos romper com esta lógica.

*Defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora, passando a compor a luta coordenada entre sindicatos, movimentos de moradia e de moradores, a luta ambiental, e a construção de fóruns e frentes de luta. Porém, mais do que compor acriticamente qualquer movimento, defendemos a democracia e a transparência nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, e também a autonomia e a independência do governo, do Estado e dos patrões.*

*É urgente combater e revogar as políticas de sucateamento e privatização dos serviços públicos, que atacam os cofres públicos para atender a interesses privados e formar currais eleitorais por meio das diferentes formas de privatização e terceirização. Devemos promover políticas para ampliar e qualificar o quadro de Servidores Estatutários (Prefeitura, Câmara e Autarquias) e Empregados Públicos (Prodesan), em busca de melhores salários e uma carga horária reduzida para 30 horas semanais (sem redução salarial) e com sedes fixas de trabalho, para que se promovam condições para a elaboração e execução de projetos contínuos e científicos de trabalho a fim de construirmos comunidades escolares, de saúde, assistência social e nos demais setores, que realmente atendam aos interesses da população.*

*Trata-se de promover um grande movimento em favor de mudanças estruturais na orientação e no planejamento do desenvolvimento econômico e social da cidade, que deve ser pensado a partir das necessidades dos trabalhadores, das trabalhadoras e das camadas populares, as maiores vítimas do crescimento urbano desordenado imposto pela ordem capitalista, responsável pela queda da qualidade de vida, pelo aumento da violência e das doenças, pela desigualdade de acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e pela destruição do meio ambiente.*

*O orçamento público deve ser pensado neste sentido, com vistas a promover um processo de transferência de renda. De um lado, taxando fortemente o capital e combatendo a sonegação. De outro, investindo prioritariamente nas áreas sociais: educação, saúde, cultura, assistência social, reforma urbana e agrária, preservação ambiental, agricultura familiar, economia solidária, transporte e moradia.*



# PROGRAMA DOS COMU

## I - Economia e Planejamento

- Criação dos Conselhos Populares de Educação, Saúde, Transportes, Habitação, Meio Ambiente, Cultura, Esportes, etc, com representantes eleitos em cada bairro, para promover a conscientização política e a participação direta da população no processo de tomada de decisão e formulação dos programas e planejamento das ações, com acompanhamento e controle popular sobre a execução das políticas públicas para todos os setores;

- Participação direta na elaboração, implantação e revisão do plano diretor; luta por condições adequadas de infraestrutura urbana (como calçamento, água encanada e saneamento, iluminação pública, rede elétrica, telefonia e outros elementos) e social, como segurança sob controle social, postos de saúde, escolas, transportes, assistência social e outros;

- Promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social, com a garantia do emprego, da moradia, da geração de renda e a dignificação das condições de trabalho e remuneração do quadro de servidores e empregados públicos;

- Expansão da presença do Estado para a universalização do acesso aos serviços urbanos (saneamento, água, luz, gás, telecomunicação, internet, etc) e dos serviços sociais básicos (saúde, educação, cultura, lazer, segurança, habitação), visando à reversão do caráter de mercado vigente;

- Planejamento econômico e social participativo, visando o

crescimento ordenado, a promoção do uso social da propriedade e o desenvolvimento com qualidade de vida, priorizando ações voltadas às camadas populares;

- Reforma urbana centrada no uso social da propriedade e do solo urbano e de um plano de desenvolvimento social, apoiando a campanha nacional por um imposto progressivo sobre o capital, as finanças, as grandes propriedades e grandes fortunas (esfera federal), sob controle e fiscalização pelos trabalhadores, organizados no Poder Popular;

- Criação de empresas públicas municipais e controle popular das empresas públicas e autarquias municipais de transportes, saneamento, água, energia elétrica, tecnologia da informação, coleta de lixo e expansão dos serviços sociais, fortalecer os sistemas públicos de educação, saúde, transportes e garantir universalização do acesso ao serviço gratuito e de qualidade, com melhoria dos salários e das condições de trabalho;

- Elaboração de programas de geração de emprego e renda e serviços públicos de qualidade, tais como obras públicas com fiscalização direta da população, construção de moradias, ampliação das redes de saúde e educação, recuperação de prédios e instalações dos municípios, jardinagem e tratamento paisagístico, limpeza urbana, obras de saneamento e de construção de redes de abastecimento de água, ações preventivas de saúde, controle de trânsito, reflorestamento e recuperação ambiental;

- Isenção de taxas e cobranças de serviços básicos (água,

luz, gás) para os desempregados e proteção contra as ações de despejo por falta de pagamento do aluguel em caso de desemprego;

- Programa de alimentação popular, com restaurantes públicos e cestas básicas a preço subsidiado, para famílias cadastradas; abrigo e alimentação para a população de rua, com a utilização de imóveis do município para este fim;

- Regulamentar os reajustes anuais de salários dos servidores públicos, implantação e/ou cumprimento dos planos de carreira elaborados a partir de ampla participação dos trabalhadores;

- Incentivo à produção industrial e agrícola voltada para o abastecimento interno, ao desenvolvimento de infraestrutura e de empreendimentos nas áreas sociais como: habitação, transportes, educação, saúde e cultura;

- Programa de reforma agrária e formação de cooperativas, voltado para a produção de hortifrutigranjeiros, articulada à criação de mercados populares para venda de alimentos e produtos do trabalho individual e cooperativo;

- Programas de apoio público, sob controle popular, a pequenos empreendimentos e à viabilização de pequenos produtores agrícolas, com o estímulo à formação de cooperativas;

- Recuperação do patrimônio histórico e incentivo ao turismo cultural e ecológico;

- Plano de desenvolvimento científico e tecnológico que aponte para prioridades sociais: emprego, saúde, educação, habitação, transportes, defesa civil e meio ambiente.

## II - Educação

- Fortalecer o MEP - Movimento por uma Escola Popular e a criação do Conselho Popular de Educação, para promover a necessária revolução na educação, na lógica oposta à da mercantilização do ensino, da desigualdade de acesso ao conhecimento e à reprodução da ideologia burguesa;

- Taxação progressiva dos lucros obtidos pela rede privada, para financiar a expansão da escola pública, aumento da fiscalização sobre as escolas particulares, nos planos acadêmico, trabalhista e fiscal, com o descarte das empresas educacionais de baixa qualidade ou em situação irregular;

- Universalização do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental público, gratuito, popular e de qualidade, que desenvolva uma formação crítica e abrangente, combatendo a lógica da reprodução capitalista, que reserva aos alunos da escola pública a formação para o trabalho alienado;

- Valorização dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores da educação, concurso público para todos os cargos estatutários, fim das terceirizações e dos contratos temporários, aplicação dos planos de cargos, carreiras e salários, elevação do nível de escolaridade por meio de programas de formação continuada com ênfase nos cursos de pós-graduação em Educação Especial;

- Promoção de todos os Professores Adjuntos I e II, novo ingresso na carreira do magistério por meio dos cargos de Professor

de Educação Básica I e II, reclassificação de nível salarial para todos os trabalhadores da educação com base nas reivindicações já protocoladas pela categoria;

- Autonomia e gestão participativa nas escolas e garantia da participação das comunidades escolares nas decisões sobre o Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, com destaque para a redução do número de alunos por turma com base nas reivindicações já protocoladas pela categoria;

- Apoio econômico às famílias, com base na carência de cada uma e na existência de filhos e dependentes matriculados e frequentes nas escolas públicas municipais;

- Construção de salas de leitura, bibliotecas, salas de informática com acesso a internet, áreas esportivas e instalações adequadas para o ensino de Artes e Educação Física.

## III - Cultura

- Criação dos Conselhos Populares de Cultura, para debater e decidir políticas públicas de incentivo às produções artísticas e culturais organizadas pela população nos bairros, distritos e comunidades, com a mais ampla e irrestrita liberdade de manifestação popular nos campos cultural, intelectual e artístico, em contraponto à forma capitalista de criar, distribuir e consumir bens culturais;

- Cadastramento, recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural;

- Criação de Centros Culturais, com salas para acesso à internet, biblioteca, livraria, cinema,

# NISTAS PARA SANTOS

teatro, salas de leitura, espaço para dança e exposições;

- Fomento à produção de livros, abertura de livrarias e bibliotecas; criação de mercados populares para a venda de livros e outros bens culturais;

- Programas de fomento e formação de novos artistas, autores e grupos e de formação de público, garantindo os acessos amplos aos mais diversos gêneros e cursos de música, dança e artes plásticas;

- Apoio à criação e expansão de museus interativos.

## IV - Meio Ambiente

- Criação dos Conselhos Populares do Meio Ambiente, com vistas à definição de políticas que busquem a preservação ambiental na lógica contrária do capitalismo e que avancem para além do discurso rebaixado do “marketing verde”;

- Plano de desenvolvimento e recuperação do meio ambiente, que inclua recomposição da cobertura vegetal;

- Cumprimento e aperfeiçoamento da legislação municipal para que contemple a proteção ambiental, com forte taxaço e penalidades às empresas destruidoras do meio ambiente, com destaque para o perímetro portuário;

- Políticas de estímulo ao consumo de energia gerada por fontes alternativas;

- Políticas de estímulo a captação de água da chuva nas novas construções, reformas e nas moradias populares;

- Construção de usinas de reciclagem de lixo, com tecnologia apropriada, com eliminação dos

“lixões” e aterros sanitários existentes;

- Projetos de educação ambiental nas escolas e comunidades e coleta seletiva do lixo;

- Ampliação e conservação, sob controle popular, do número e da qualidade de parques e jardins.

## V - Mobilidade urbana

- Criação dos Conselhos Populares de Transportes, para deliberação sobre as políticas dos transportes públicos e de trânsito e seu acompanhamento, para lutar pela garantia da mobilidade urbana e pelo transporte público de qualidade para todos;

- Desenvolvimento do sistema de transporte coletivo integrado, com prioridade para os modais aquaviário e ferroviário, interligados aos pedestres, ciclistas, skatistas, motonetas elétricas, bicicletas elétricas, carros comunitários, vans comunitárias, VLTs, metrô, trens e barcas;

- Transporte noturno em horários periódicos e acesso ao transporte coletivo fora dos pontos durante a madrugada;

- Criação de empresas públicas, não renovação de concessões, revisão dos contratos e aumento da fiscalização sobre as empresas privadas, com a encampação das empresas irregulares ou em situação falimentar, apontando para a construção de um sistema de transportes totalmente público;

- Implantação da tarifa zero, na perspectiva da municipalização dos serviços de transportes;

- Ampliação e desenvolvimento de ciclovias.

## VI - Saúde

- Criação dos Conselhos Populares de Saúde, que reúnam os trabalhadores e suas organizações, nos locais de moradia e de trabalho, com vistas a aprofundar as lutas contra a privatização e pela universalidade do acesso à saúde pública, estatal e de alta qualidade;

- Expansão da rede pública, para garantir o acesso universal ao sistema de saúde gratuito e de qualidade, com ações integradas e preventivas de saúde;

- Valorização imediata dos salários dos profissionais de saúde, implantação dos planos de carreira, reclassificação de nível salarial reivindicadas e protocoladas pela categoria e o fim dos contratos precários e da farra das contratações por RPA (autônomos);

- Criação e expansão do programa de Saúde da Família, com a formação de agentes de saúde para a realização de um efetivo trabalho integrado com a comunidade, através de visitas domiciliares, controles de epidemias, acompanhamento efetivo de pacientes com doenças crônicas, prevenção de doenças da infância, incentivo ao aleitamento materno, etc;

- Fim dos contratos com as Organizações Sociais, ONGs, terceirizações e demais medidas privatizantes adotadas a partir do sucateamento da rede pública de saúde;

- Saneamento básico e provimento de água potável para toda a população;

- Criação, recuperação e modernização de praças e parques para atividades físicas, es-

portivas e de lazer;

- Implantação de programas de atendimento a gestantes, crianças, pacientes crônicos e de saúde da mulher;

- Políticas públicas de promoção dos direitos da saúde da mulher, das juventudes, quilombolas, indígenas, LGBTs e afrodescendentes.

## VII - Habitação

- Criação dos Conselhos Populares de Habitação, para participação direta da população na definição das políticas de moradia e controle popular sobre a aplicação das verbas públicas e fundos estatais voltados para este fim;

- Universalização do acesso à habitação de qualidade para todas as famílias;

- Pela legalização das ocupações e contra a política de remoções em geral e de desapropriações derivadas do projeto de construção do túnel submerso entre Santos e Guarujá;

- Reassentamento com infraestrutura urbana e moradia digna, próximo ao local da comunidade;

- Destinação das terras públicas para habitação de interesse social;

- Combate à especulação imobiliária, pela aplicação da função social da propriedade;

- Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infraestrutura com uma política de geração de emprego e renda;

- Envolvimento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação do plano de reforma urbana, com o

redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano.

## VIII - Seguridade Social, Bem-Estar e Direitos Humanos.

- Criação dos Centros de Direitos e da Cidadania;

- Cobertura assistencial médica e social aos idosos e doentes crônicos;

- Prioridade orçamentária para a garantia da intersectorialidade das seguintes secretarias: Saúde, educação e assistência social;

- Programa de segurança alimentar, para a garantia da alimentação básica a toda a população;

- Programas de combate contra qualquer tipo de discriminação – racial, sexual, religiosa e outros;

- Políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral da mulher, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos sociais e das relações de trabalho;

- Política pública de segurança, sob controle popular, para combater a violência com ações integradas de distribuição de renda e desenvolvimento social;

- Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país

## CONSTRUINDO PODER POPULAR

Construir o Poder Popular significa instituir a democracia direta, de forma a que os trabalhadores e as comunidades construam mecanismos de participação e decisão política, através de conselhos, comitês, fóruns e frentes de luta. Trata-se de um processo no qual os trabalhadores devem construir no interior da atual sociedade os elementos constitutivos e organizativos da futura sociedade socialista.

Por socialismo, entendemos como a fase de transição entre o atual modo de produção capitalista e uma sociedade sem classes e sem estado, a qual chamamos de comunismo. Em outras palavras, o desenvolvimento socialista cuja lógica não será mais centrada na propriedade privada e no consumo, pretende desenvolver e organizar os principais meios de produção e os serviços públicos a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Para tanto, é preciso promover o protagonismo dos trabalhadores com independência e autonomia, não se prendendo aos limites da atual ordem institucional, mas inovando e criando novas formas de

poder político. Por isso, propomos a construção de órgãos de poder popular que formulem e deliberem sobre os assuntos que dizem respeito diretamente às massas populares, além de ações diretas para solucionar-los. É necessário organizar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e moradia, pelo acesso universal à saúde, à educação e aos serviços fundamentais, não apenas como ampliação de serviços públicos, mas pelo controle do processo e da qualidade da execução das políticas públicas.

Será preciso também organizar formas de abastecimento e controle popular de distribuição dos bens essenciais à vida, desenvolver uma solidariedade ativa entre as categorias e setores sociais, fomentar interesses comuns e a necessidade de uma nova forma de organização da produção social da vida para além do mercado e da lógica do capital. E ainda: organizar a cultura proletária e popular como acesso e produção universal de bens culturais, formação política, conhecimento da história,

do funcionamento da sociedade e da luta internacional dos trabalhadores, para além da formação técnica e profissional.

O Poder Popular nascerá das experiências concretas de luta ou partirão mesmo de organismos já existentes, como associações de moradores, conselhos comunitários nos bairros, sindicatos, organizações nos locais de trabalho, comitês da juventude, movimentos de moradia, luta contra o desemprego, contra privatizações, luta pela terra, fóruns comuns de mobilização envolvendo bandeiras gerais como a saúde, a educação, os transportes, a defesa do meio ambiente, etc.

É necessário promover a denúncia da ação do capital em todas os espaços da cidade e apontar para a solução radical dos problemas vividos pelos trabalhado-

res, fomentando a auto-organização, por exemplo, por meio da ocupação de terras, moradias e empresas, com a formação de comitês voltados à organização da produção sob o controle dos trabalhadores, a ocupação de espaços ociosos (a serviço da especulação imobiliária) para a moradia popular, a ocupação dos latifúndios, com o propósito de organizar a produção cooperativada, sob a direção dos trabalhadores, etc.

Depende de muita luta e organização a possibilidade de se constituir tal realidade, em que sejam colocadas frente a frente as alternativas contrárias de organização da sociedade: de um lado, o Estado burguês e os diversos mecanismos e aparelhos responsáveis pela reprodução e manutenção da ordem capitalista; de outro, as forças políticas e organizações sociais e populares, reunidas em torno do Poder Popular, rumo ao Socialismo.



## PLATAFORMA COMUNISTA PARA SANTOS

# 21 PONTOS

**1.** Construção do Poder Popular e participação direta da população na formulação e execução dos programas e ações da Prefeitura e da Câmara;

**2.** Garantia da vida para toda a população com moradia digna e alimentos por meio do fortalecimento dos equipamentos de assistência social, de iniciativas de fomento ao desenvolvimento humano e de políticas para a geração de empregos públicos;

**3.** Universalização do acesso aos serviços públicos e a retirada do caráter de mercado dos mesmos, com destaque para a tarifa zero no transporte coletivo;

**4.** Recomposição e valorização dos salários dos servidores e empregados públicos municipais, fortalecimento dos planos de carreira, realização de concursos públicos em todas as áreas visando o preenchimento de todos os cargos vagos, redução da jornada de trabalho para 30h semanais, sem redução dos salários e a revogação da contrarreforma da previdência dos servidores municipais;

**5.** Municipalização e fortalecimento da rede de Policlínicas (UBS - Unidades Básicas de Saúde), Ambulatórios, Pronto Socorros e do Programa de Saúde da Família com ampliação do horário de funcionamento;

**6.** Municipalização do transporte coletivo, da coleta de lixo e dos serviços de segurança, zeladoria e controle de acesso dos equipamentos públicos municipais, por meio do quadro estatutário da Prefeitura de Santos, da Câmara, da PRODESAN (sob controle dos trabalhadores) e da reconstrução da CSTC - Companhia Santista de Transportes Coletivos (sob controle dos trabalhadores);

**7.** Criação do Fundo Público Municipal para a construção de moradias populares, revogação da legislação que restringiu as zonas de interesse social e a ampliação das zonas de interesse social a partir do acúmulo dos movimentos de luta por moradia;

**8.** Promoção das artes e da cultura corporal em cada bairro, com cinemas, escolas de teatro, música, lutas, danças, ginásticas, salas de espetáculo, campos de futebol, quadras poliesportivas e equipamentos de ginástica, etc;

**9.** Conservação e revitalização do patrimônio histórico-cultural, com destaque para a renomeação de logradouros públicos que prestam homenagens aos que promoveram a ditadura empresarial-militar (1964 a 1985) e em defesa da regulamentação dos “Caminhos de Memória, Verdade e Justiça”, reivindicados pelo Comitê Popular de Santos, por Memória, Verdade e Justiça, que buscam reconstruir a história das lutas da classe trabalhadora em nossa cidade por meio dos “lugares de memória”;

**10.** Combate as inundações, preservação e recuperação dos sistemas ambientais, com auditoria nos contratos do Projeto “Santos Novos Tempos”, por meio do fortalecimento da Prodesan (sob controle dos trabalhadores) e de outras iniciativas desenvolvidas pela luta popular, com destaque para o combate ao navio-bomba e por todas as medidas de segurança necessárias ao perímetro portuário;

**11.** Garantia de segurança pública e dos direitos fundamentais da classe trabalhadora e da juventude, com destaque para a juventude pobre e negra da periferia, as mulheres, a população lgbt e a desmilitarização da guarda-civil municipal;

**12.** Fortalecimento sob controle popular das empresas públicas e autarquias municipais;

**13.** Utilização de áreas devolutas e de propriedade pública para uso social para a criação de políticas públicas voltadas a ocupação de imóveis não utilizados, bem como auditar imóveis privados e públicos para usá-los a serviço da população sem teto e de baixa renda;

**14.** Promover a conscientização política da população para as lutas por causas que transcendam os limites constitucionais da ação municipal, nos planos estadual, nacional e internacional;

**15.** Planejamento econômico e social participativo visando a promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social;

**16.** Ampliação de direitos e proteção social por meio da alocação imediata da população desabrigada em imóveis desocupados, sem indenização aos proprietários e com garantia de condições de moradia;

**17.** Criar e fortalecer instrumentos de comunicação como jornais, TVs, rádios comunitárias e canais de internet, sob o controle dos trabalhadores;

**18.** Promoção e assistência de cuidados no campo da saúde mental para os trabalhadores que dela necessitam. Em defesa do SUS 100% estatal, público, gratuito e universal;

**19.** Por uma escola pública popular, laica, democrática, estatal e de qualidade que erradique o analfabetismo e promova uma verdadeira educação integral, crítica e emancipadora;

**20.** Fortalecimento do Comitê Popular de Santos, por Memória, Verdade e Justiça.

**21.** Lutar em defesa dos direitos e das liberdades democráticas! A vida acima dos lucros! Avançar na Luta anticapitalista e anti-imperialista! Construir o Poder Popular, rumo ao Socialismo!

P/ VEREADORA

**CLEUSA SANTOS**

**210000**

Meu nome é Cleusa Santos, sou graduada em Serviço Social pela Unaerp. Concluí o mestrado e o doutorado em Serviço Social na PUC-SP. Como assistente social, integrei o grupo de pesquisa na Região Lagunar de Iguape e Cananea da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), tendo sido, posteriormente, lotada na Secretaria do Meio Ambiente, integrando a equipe ambiental da Cetesb/São Paulo. Após alguns anos, acabei me encontrando mesmo na docência universitária, formando diversos profissionais e orientando pós-graduandos tanto no Paraná quanto no Rio de Janeiro. Fiz meu pós-doutorado no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, em Portugal.

Na UFRJ, universidade onde me aposentei, atuei seguidamente no movimento sindical na Associação de Docentes da UFRJ (AdUFRJ), base do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), dialogando com a categoria dos técnicos administrativos e com os estudantes. No âmbito acadêmico me dediquei às temáticas do movimento socialista, políticas sociais, reformas de estado, burocracia, conselhos municipais, movimentos sociais, organismos internacionais, privatização e mercantilização da seguridade social, e desde 2010 concentrei-me nos estudos das políticas migratórias e, atualmente, nos direitos das mulheres.

Após a aposentadoria, resolvi voltar para o estado de São Paulo e escolhi Santos como meu lar, onde faço minha militância e minhas pesquisas. Sou Secretária Política do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro na Baixada Santista, e também atuo na Corrente Sindical Unidade Classista, além do próprio PCB.

Neste ano aceitei o desafio de me lançar à vereança de Santos pelo PCB, a primeira vez que cumpro uma tarefa eleitoral após muitos anos de militância sindical e partidária.

P/ VEREADOR

**PROF. FELIPE QUEIROZ**

**211111**

Meu nome é Felipe Queiroz, tenho 39 anos, e moro na Vila Matias. Estudei nos colégios Liceu São Paulo e Aristóteles Ferreira. Sou professor de Geografia na Rede Municipal de Santos, e já fui servidor técnico-administrativo federal da Educação, professor de outras redes e cursinhos pré-vestibulares comunitários (Rede Municipal de Praia Grande, Rede Estadual de São Paulo, Instituto Federal de São Paulo, e Cursinho CPVAM), Agente de Pesquisa e Mapeamento do IBGE, Guia de Turismo, etc, fiz um pouquinho de tudo!

Academicamente, tenho graduação em Geografia (UFSC), Serviço Social (UNIFESP), História (ETEP), Gestão Ambiental (Estácio), e Ciência Política (UNINTER). Fiz mestrado em Políticas Sociais (UNIFESP) e faço doutorado em Serviço Social (PUC-SP).

A primeira "causa" com a qual me envolvi seriamente foi o movimento esperantista durante mais de 10 anos: aprender, usar, divulgar e ensinar o idioma esperanto. Participei de diversos congressos, fui presidente e secretário da Organização da Juventude Esperantista Brasileira.

Comecei na militância estudantil em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina durante minha residência de quatro anos em Florianópolis; migrando para o movimento sindical em 2011 já aqui no IFSP-Cubatão, quando também fui recrutado pelo PCB de Santos. Em 2013, como estudante-trabalhador, voltei a participar moderadamente do movimento estudantil, sendo um dos fundadores na UNIFESP do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social "Ricardo Ferreira Gama".

Em 2016 me candidatei pela primeira vez na minha vida como vereador em Santos, e em 2022 fui candidato a suplência ao Senado sob a titularidade do Prof. Tito Bellini. Hoje, aos 39 anos, estou maduro e pronto para qualquer desafio em nossa querida Santos, para fazer o resgate da história de luta protagonizada pelos comunistas do PCB entre as décadas de 30 e 70 em Santos, e ser uma voz destoante e necessária na Câmara Municipal.



@cleusasantospcb

**RECONSTRUINDO**

**A CIDADE,  
VERMELHA  
RUMO AO  
SOCIALISMO!**



@felipequeirozpcb